



EDITORIAL

Isabel Carvalho Viana^{1*}

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Carlos Manuel Ribeiro da Silva^{2*}

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

*Carlos Ferreira*³

ECES, UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Não há memória de vivermos num mundo tão intenso e acelerado, alavancado por plataformas digitais, em formato de emergência pandémica originada pela COVID-19. Lipovetsky (2017), na sua obra intitulada “Da Leveza para uma Civilização do Ligeiro”, em formato de afirmar a força do tecnológico que consubstancia a contemporaneidade, anuncia que tudo que é leve, fluído e móvel passou a dinamizar o mundo material e cultural, que inundou as nossas práticas quotidianas e reconfigurou o nosso imaginário. Por seu turno, há muito que se anunciam Reformas Educacionais em diversos países como resultado do desenvolvimento das sociedades, das pessoas, da sua formação orientada para intensificar a sua participação na sociedade de forma projetiva e sustentável, atribuindo à educação um elevado protagonismo na sociedade. No início do ano corrente, em março de 2020, em Portugal e no mundo, este protagonismo sofreu um intenso e acelerado impulso, a COVID-19, a situação de emergência em que o mundo mergulhou, destaca a felicidade como essência da educação, a reclamar um olhar atento à vida e ao que a rodeia, pois, como assinala Sousa Santos (2020), a situação de pandemia impõe à população, à escala mundial, uma situação de crise, tornando inadiável a emergência dos desafios sociais.

^{1*}Instituto de Educação da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC). icviana@ie.uminho.pt.

^{2*} Instituto de Educação da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Estudos da Criança (CIEC). carlos@ie.uminho.pt.

* Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) no âmbito do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência POCI-01-0145-FEDER007562

³ Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; cferreira@utad.pt.

Hoje, o tempo em ritmo de urgente, que invade todos os setores da ação humana, é mais percecionado como espaço de oportunidade do que de inércia, embora pulse e avance em estado permanente de conflito entre o pertinente e o perturbador, entre o profícuo e o estéril, torna visível e intenso perspetivar rumos para humanidade e para os sistemas que a impulsionam. Neste cenário compulsivo de perguntas e respostas, observamos um reboiço entre as novas e velhas questões que os desafios sociais impõem para garantir a sustentabilidade da vida, de todos os sistemas que a dinamizam, à escala planetária. A emergência, inquietação e emoção tomaram conta da tomada de decisão, que, nas esferas políticas, pode dissipar valores e tornar herméticos poderes que comprometam princípios dos Estados Democráticos, pois, os medos que nos perturbam de forma intensa e acelerada, turbam-nos o discernimento e empurram-nos para aplaudir o que aprisiona a democracia e asfixia o direito a sermos pessoas com dignidade.

A complexidade que envolve estas questões é densa e intensa, embora nos inquiete e instigue a explorá-las, não nos cabe fazê-lo neste espaço, fica o repto substantivado pela importância de um olhar cuidado e comprometido em dar visibilidade à *utilidade do inútil* (Ordine, 2016, p.9). Este autor interpreta a *utilidade do inútil* sem fins utilitaristas, apresentando-a da seguinte forma:

A utilidade paradoxal à qual me refiro não é aquela em nome da qual os saberes humanísticos e, de modo mais geral, todos os saberes que não trazem lucro são considerados inúteis. Coloco no centro das minhas reflexões a ideia da utilidade daqueles saberes cujo valor essencial está completamente desvinculado de qualquer fim utilitarista. (...). Nesse sentido, considero útil tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores.

É a *utilidade do inútil* que nos parece estar em condições de não permitir que um qualquer fim utilitarista do ensino remoto determine o caminho da educação, da profissionalidade docente. Não podemos esquecer que é na escola que se estabelecem vínculos, que a educação exige convivialidade e se projeta no diálogo humano. sabemos que, de um dia para o outro, em todo o mundo, a COVID-19 reconfigurou as formas como as pessoas são educadas, impondo à escola um novo ciclo com múltiplos desafios, que podem afirmar a valorização da profissão e da escola pública e inclusiva.

Assim, num tempo em que se inicia uma nova década, repleta de emergências e desafios, marcada pela incerteza da incerteza, que reconfigura as agendas do mundo, ambicionamos, apesar da crise em que estamos mergulhados, que sejam as mais profícuas para as pessoas, onde a educação se unifica universal e plural. Este Volume 1, do n.º 11, da Revista de Estudos Curriculares, exprime inequivocamente o campo dos estudos curriculares como área de estudo plural e científica. Aqui, mais uma vez, consolidada por múltiplas práticas e perspetivas, para as quais, desde já, estão todos convocados. De seguida, fazemos uma breve apresentação dos

contributos dos textos científicos⁴ que integram este número, trazem questões e inquietações que projetam a discussão em torno de problemáticas de importância global e de interesse comum sobre o Currículo, em ambiente de emergência pandémica, na ordem com que são apresentados:

O texto “The crisis of curriculum change”, escrito por **Ivor Goodson**, começa por levantar algumas questões sobre o inevitável desejo de mudança, que surge como uma expectativa endémica, sobretudo nas ditas sociedades ocidentais. Essas questões são colocadas tendo por suposição de que os movimentos de mudança habitualmente compreendem elementos referidos como progressivos e inclusivos. Em vez disso, o texto argumenta que se torna necessário indagar as circunstâncias históricas das forças de mudança mesmo antes de pensar em avaliar o seu eventual potencial progressivo ou regressivo. Assim, o autor propõe um modelo de ondas de mudança (waves of change), em que um período inclusivo, mais aberto e democrático é frequentemente seguido por um contra-movimento com tendências reacionárias. Num texto pleno de conceitos refrescantes, mas sustentados numa revisitação sobre a teoria da mudança curricular, onde se deve (re)considerar a função dos agentes de mudança na (re)estruturação da escola, o argumento principal do autor remete-nos para a ideia de que o momento da mudança no currículo deve ser minuciosamente escrutinado, pois considera ser uma lição primária das diversas histórias da educação. Acrescenta ainda que na atualidade qualquer iniciativa de mudança é extremamente problemática, dadas as forças globais que se colocam no panorama social, político e económico. Assim, na sua perceção, considera ser bem possível que, nos últimos tempos, as forças consideradas progressistas devam estar do lado do tempo de uma certa conservação educacional, e não do lado da mudança. Por fim, o autor, apesar das preocupações manifestadas ao longo do texto termina com um sinal de esperança: “However, the pendulum is now swinging towards an increasing concern with the social downsides of market deregulation. This all leads to a new ‘third way’ emphasis on ameliorating social exclusiveness. We are, I believe, at a turning point, where progressive concerns with social inclusion are now back on the political agenda. The prospects for change may then be about to change in more hopeful directions”.

O artigo de **Márcia Aguiar**, intitulado “Impactos da pandemia da COVID-19 na educação brasileira e seus reflexos nas políticas e orientações curriculares” tem por objetivo discutir os impactos da pandemia do coronavírus (COVID-19) na educação básica brasileira, ao longo do primeiro semestre do ano 2020, assim como as consequências nas políticas e orientações curriculares para os contextos escolares. Nesse sentido, analisam-se normativas e orientações de órgãos nacionais com implicações educativas, assim como as asserções de associações científicas e entidades de dirigentes e trabalhadores do setor da educação. Faz-se foco nas orientações oriundas dos sistemas que supervisionam o ensino no Brasil no período de pandemia e explicita-

⁴ Todos os textos que integram este número da revista são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Respeita as normas adotadas por estes.

se as tensões relativas à retoma das atividades escolares no período pós-pandemia. A autora conclui que “para o retorno dos estudantes e profissionais da educação às escolas, vislumbra-se uma mudança profunda nos processos curriculares e nas relações pedagógicas resultante de novas formas de apreensão do conhecimento escolar, no contexto de atuação de novos atores com interesses na gestão pública e de nova configuração de Estado”.

O texto “Currículo de formação docente de 2º CEB, professor inclusivo e gestão de diversidades”, da autoria de **Helena Inês, Filipa Seabra e José Augusto Pacheco**, reporta-se a uma investigação centrada na formação inicial e contínua dos professores do 2.º Ciclo do Ensino Básico para a gestão curricular em resposta às diversidades, particularmente aos alunos com necessidades de aprendizagem ou incapacidades. Os autores analisam os normativos legais e documentos orientadores que norteiam os currículos de formação inicial e contínua de professores de 2.º CEB, assim como dão conta de contributos teóricos e de investigação que ajudam a perspetivar essa mesma formação, procurando problematizar os dados coligidos face à gestão curricular e pedagógica apropriada de diversidades que atualmente caracterizam as salas de aulas do ensino regular público. Para os autores, “neste mundo globalizado, os desafios relacionados com o desenvolvimento curricular, a formação de professores e a heterogeneidade devem de ser cautelosamente considerados”. Assim, começam por apresentar um breve apontamento histórico-legal sobre a formação inicial e contínua dos professores do 2.º CEB, no sentido de questionar qual o professor que a escola inclusiva do séc. XXI reclama, com implicações para a formação de que este profissional necessita, tendo em vista “o papel fundamental que esse profissional desempenha na gestão curricular, e de forma interrelacionada, na gestão das diversidades que atualmente compõem a sala de aula desejavelmente inclusiva e aberta a todos”. Como síntese de resultados, salienta-se a relação intrínseca entre a formação docente e o desenvolvimento de práticas inclusivas, assim como a convergência desses eixos para o ato educativo na figura decisiva do professor. Por fim, os autores concluem que a tríade formação docente, professor, gestão de diversidades revela-se como indissociável para o sucesso no desempenho de práticas inclusivas. Nesse sentido, os autores reconhecem “uma abertura e atenção que se consolidam progressivamente no domínio da gestão de diversidades, particularmente de alunos com dificuldades de aprendizagem ou incapacidades. Uma gestão curricular e pedagógica que se pretende personalizada e flexível”.

O artigo de **Maria do Céu Roldão** revisita os conceitos de articulação e de relevância curriculares, defendendo que este último consiste numa construção que resulta da relação entre os conteúdos de aprendizagem e a capacidade de as estratégias de ensino terem em consideração os percursos e os conhecimentos anteriores dos alunos, os seus referentes culturais e a perceção de utilidade pessoal e social que esses alunos atribuem às aprendizagens. Articula, ainda, o conceito de relevância das aprendizagens com o de diferenciação curricular como forma de criar uma maior equidade na educação escolar de todos os alunos.

O quinto artigo, de **José Januário e José Carlos Morgado**, incide na avaliação educacional, particularizando a avaliação das aprendizagens dos alunos do ensino secundário angolano. Nele é reportada uma investigação sobre concepções e práticas de avaliação das aprendizagens naquele nível de ensino angolano, com o qual verificaram que, a nível de concepções, os professores referem a importância da avaliação formativa, mas as práticas mostram a predominância da avaliação sumativa, realizada por testes e exames. Esta prevalência sumativa das práticas avaliativas é justificada pelos professores com as condições de trabalho e com a falta de formação em avaliação das aprendizagens.

Por último, o artigo da autoria de **Carlinda Leite, Preciosa Fernandes e Lurdes Rodrigues** tem por temática a autoavaliação da escola enquanto meio para a melhoria contínua do serviço educativo que presta. Posicionando a autoavaliação da escola no contexto da avaliação externa das mesmas, revisitam uma investigação realizada neste domínio para, a partir dos seus resultados, elencarem possibilidades e limites para a sua implementação nas escolas.

Terminamos o editorial na expectativa de que sejam profícuas as leituras, tanto no conforto da sua casa como noutros espaços de natureza académica e científica, em contextos de vontade autênticos, que destaquem a escola pública como afirmação do direito à educação.

Referências bibliográficas

Lipovetsky, G. (2017). *Da leveza para uma civilização do ligeiro*. Lisboa: Edições 70.

Ordine, Nuccio (2016) [documento em PDF]. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor Ltda. Disponível online em:

<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/Trecho%20-%20A%20utilidade%20do%20in%C3%BAtil.pdf>

Sousa Santos, B. (2020) [documento em PDF]. *La cruel pedagogia del virus*. CLACSO. Disponível online em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La-cruel-pedagogia-del-virus.pdf>